

**O conceito de Romanização: uma reflexão**

Norma Musco Mendes<sup>1</sup>

**Abstract:** The aim of this paper is to discuss the concept of Romanization and to explore some of the central themes of post-colonial theory.

**Palavras chaves:** Romanização, Romanization; teoria pós-colonial, post-colonial theory;

Esta comunicação se relaciona aos resultados parciais obtidos pelo projeto de pesquisa intitulado “*As estratégias de intervenção no espaço e a construção da paisagem imperial no sul da Lusitânia*”, em realização com o auxílio do CNPq, através da concessão de bolsa de produtividade de pesquisa. A problemática central é o estudo das especificidades da experiência imperialista Romana, enfocando principalmente, as relações entre culturas, as questões de identidade e de poder. Tais objetivos permitem que o projeto seja vinculado à proposta acadêmica do Programa de Pós-Graduação em História Comparada, visto que busca discutir e comparar a conexão entre poder e cultura num contexto imperial, visando verificar as diferentes respostas sociais.

Conforme fica explícito no título, a pesquisa segue a tendência atual de desenvolvimento de estudos regionais. Porém, neste evento limitar-me-ei a refletir o termo Romanização, o qual atualmente se encontra em ampla discussão entre os especialistas.

Romanização é um termo que surge na historiografia de fins do século XIX e início do século XX para significar o contato entre os Romanos e os outros povos. Ou melhor, a adoção dos padrões estético e ético dos Romanos nas práticas de consumo e produção encontrados nas províncias e nas regiões de fronteiras do Império. Tal conceito é um bom exemplo para demonstrar como o historiador circula por três níveis teóricos de representação do real, tais como: realidade teórica (formal e pré-estabelecida pelo conhecimento científico), realidade historiográfica (construída pelo historiador, discurso interpretativo) e a realidade

---

<sup>1</sup> Professora Associado 1 do Departamento de História do IFCS da UFRJ. Doutorado na Universidade Federal Fluminense. Integra a equipe de pesquisadores do Laboratório de História Antiga (LHIA), o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC)

documental (dados de natureza diversa dos veículos de informação). Isto porque o termo vem sendo reinterpretado de acordo com as transformações e novas exigências impostas pelos distintos contextos histórico-culturais.

Na historiografia de fins do século XIX e inícios do século XX são evidentes os paralelos entre o Império Romano e aqueles construídos pelas potências imperialistas do mundo moderno.

A experiência imperialista romana foi apropriada pelos discursos ideológicos das potências coloniais, que a utilizaram para justificar e legitimar o direito de conquista, vinculando a ação imperialista da Inglaterra, França, Itália como herdeiras de Roma e como uma forma legítima de disseminar entre os nativos o que os Romanos chamavam de civilização.

As análises sobre o contato entre sociedades diferentes eram norteadas pelo conceito de que a sociedade humana era governada pelo seu próprio conjunto de normas, valores e idéias que guiavam o comportamento coletivo. As culturas eram objetivas, homogênea, entidades definidas um das outras por um único sistema de padrões que determinava a conduta dentro dele. As culturas não eram iguais e no século XIX criou-se uma hierarquia baseada em critérios de complexidade social e técnica da selvageria à civilização.

Neste contexto histórico-cultural foram produzidos esquemas de análises baseados em abordagens, as quais consideram o Império Romano de “imperialista” no sentido específico que este termo adquiriu desde o final do século XIX.

Para designar a forma de mudança cultural resultante da incorporação de uma cultura sobre outra o termo Romanização, construído principalmente por F.Haverfield (1905) e F.de Coulanges, se vincula ao conceito de aculturação usado pela antropologia e pela sociologia entre os anos de 1920 e 1960.

Vincula-se a estas abordagens, a lógica de uma Romanização progressista e uniforme, cujo conceito implica na idéia de transferência de cultura, de mudança cultural por imitação, partindo-se do suposto abandono da identidade nativa pela adoção da cultura Romana como um ato positivo, deliberado, que significava prazer e paz. Momento que significou uma barreira temporal na parte Ocidental do Império entre a organização tribal da chamada Idade do Ferro e a sua incorporação à sociedade Romana. Th. Mommsen (1874) e F. Haverfield construíram a idéia de que a divulgação e a adoção dos padrões culturais Romanos eram entendidas como sendo mais avançada e mais "progressista" e, portanto, quanto mais era adotada pelos nativos maior seria a sua presença. Esta noção refletia a ideologia imperialista Britânica, perante a qual o conceito de progresso estava interligado ao do Império Britânico.

Esta perspectiva marcou os estudos arqueológicos e as escavações, pois a teoria e a metodologia de análise estavam baseadas na oposição básica entre duas categorias: civilizado e primitivo (MENDES, 1999: 307-325).

O princípio de aculturação pressupõe que as populações indígenas tinham um primitivo nível de cultura e tiveram pouco a fazer, a não ser absorver a “alta cultura” dos colonialistas (HALL,2002:104).

De acordo com R.Hingley (1996) e Sïan Jones (1997) ambas as formas de análise com base na aculturação são produtos da era colonial e do interesse de assimilação das sociedades não Ocidentais no contexto colonial e das comunidades de imigrantes na sociedade Ocidental.

Tal tipo de abordagem passou a ser questionada por sua conotação pejorativa, inapropriada cientificamente e, conforme já afirmamos, considerada como construções dos regimes coloniais. Ademais, as idéias sobre “sociedade primitiva” incorporada ao conceito de tribo como uma unidade fechada, homeostática e impermeável, tornou-se difícil de ser sustentada após as mudanças trazidas pelo neocolonialismo, demonstradas pelos movimentos nacionais de libertação.

De certa forma podemos dizer que a noção de aculturação foi reinterpretada pelos trabalhos de M. Millet (1990) e C. Haselgrove (2002) , os quais se afastam das idéias de progresso moral e social, mas afirmam que a mudança cultural no Alto Império Romano na Europa Ocidental foi uma forma de interação cultural direcional, resultando na imitação dos padrões culturais Romanos pelos provinciais, como o resultado do “desejo” de ser Romano. Ou melhor, este processo envolveu, principalmente, uma adoção homogênea da cultura Romana pelas populações indígenas, a qual foi encorajada pelas próprias elites locais das províncias Ocidentais como uma forma de identificação com Roma e de reprodução do poder social local. Esta última linha de raciocínio é muito útil como um argumento explicativo para a estrutura política do Império Romano. Sempre que foi possível os Romanos utilizavam da organização tribal pré-existente na estruturação das novas províncias, principalmente, cooptando com as elites locais e as tornando responsáveis pelo governo das *civitates*.

As obras acima mencionadas são importantes contribuições para a interação do processo sociocultural e as relações sociais que sucedeu a conquista Romana. Porém, são passíveis de crítica porque defendem a formação de uma hierarquia social provincial através de um processo de imitação da cultura Romana.

Tal tipo de abordagem baseada na unicidade do estilo Romano de cultura material passou a ser criticada principalmente com o desenvolvimento da teoria pós-colonial<sup>2</sup>, a qual despertou a necessidade de reavaliar as antigas matrizes historiográficas sobre o conceito de Romanização e de Império Romano, construídas no contexto histórico-cultural do imperialismo moderno. Apresenta como pressuposto a idéia de que o Império Romano foi uma construção para integrar e criar um sentimento de coerência às numerosas “experiências divergentes”<sup>3</sup> e, assim, estabelecer um sistema de domínio.

A teoria pós-colonial tem como objetivo reconstruir os estudos sobre o Império Romano, sugerindo que as análises devem ser norteadas por três aspectos inter-relacionados: tentativas de estudos descentralizados; buscar as respostas complexas e variadas dos provinciais ao contato colonial e trabalhos que sugerem uma oposição aberta ou camuflada à dominação imperial (HINGLEY, 1996).

Esta postura teórica preocupa-se com uma linha de abordagem que privilegia como unidade de análise as periferias, afastando-se dos estudos centralizados na ótica de Roma. Ou melhor, defende a existência da heterogeneidade na definição daquilo que se classifica como Romano ou nativo. O que se encontra nas regiões do Império Romano, com base na análise dos vestígios materiais é uma situação de grande complexidade. Em muitas províncias, através de intermediários, a cultura Romana chegou após já ter interagido com culturas diferentes. Ademais, a apropriação das instituições, práticas sociais e os itens da considerada cultura material dos Romanos variou de significado e intensidade de acordo com as características regionais e os interesses dos distintos grupos sociais que formavam as comunidades nativas.

J. Webster (1996:1-17) afirma que esta teoria não é simplesmente anti-colonialista e nem pretende desenvolver uma visão positiva do imperialismo Romano, pois deve ser considerado que igualmente a *Pax Britannica*, a *Pax Romana* significou violência, provocou distúrbios e significou a perda da liberdade das comunidades nativas, mesmo deparando-se com reações de consentimento e/ou de resistência.

---

<sup>2</sup> Vide SAID, Ed. *Cultura e Imperialismo* S.P.:Companhia das Letras 1995, SAID, Ed. *Orientalismo*. S.P.:Companhia das Letras 1996; WEBSTER, J., COOPER, N. J. (ed.). *Roman imperialism: post-colonial perspectives*. Leicester: School of Archaeological Studies of University of Leicester, 1996; D.J. MATTINGLY, Idem; KEAY, S. and TERRENATO, N. *Italy and the West: comparative issue in Romanization*. Oxford: Oxbow Books, 2001; BLAGG, TH. Idem

<sup>3</sup> A noção de “experiência divergente” proposta por Ed. Said admite que mesmo existindo um núcleo subjetivo irreduzível na experiência humana, essa experiência também é secular e histórica, acessível à análise e à interpretação, e que as experiências específicas das sociedades ou grupos apresentam histórias profundamente entrelaçadas e complexas. Neste sentido, num contexto imperial as experiências divergentes dos súditos devem ser pensadas e interpretadas em conjunto, cada qual com sua pauta e ritmo de desenvolvimento, suas formações internas, sua coerência interna e seu sistema de relações externas, todas elas coexistindo e interagindo entre si

Dominação é uma forma institucionalizada de poder e a resistência é necessariamente uma oposição organizada ao poder estabelecido. No entanto, as modernas teorias da Arqueologia, da Antropologia e da Sociologia demonstram que os processos de mudança em muitas sociedades são complexos e que a diversidade de comportamentos e significados pode aparecer nas diversas formas de discursos produzidos por uma sociedade. M. Foucault <sup>4</sup> ressaltou tais discursos como formas de poder menos institucionalizadas, mais evasivas e cotidianas. O sociólogo James Scott (1990:1-16) em seus estudos sobre as relações de poder se baseia na natureza do comportamento público entre dominador e dominados, afirmando que cada grupo tem as suas modalidades de discursos: “transcritos públicos”- (auto-retrato da elite dominante, forma como ela quer ser vista, representações que nos fornecem convincentes evidências do sistema de valores da ideologia de poder)- e “transcritos ocultos”- (discursos, ressentimentos, gestos, práticas que confirmam, contradizem ou mudam o “transcrito público”, produzidas pelos subordinados). Afirma, ainda, que o grau de divergência entre estes dois tipos de discursos possibilita o entendimento do impacto dos níveis de dominação em qualquer sociedade. Deixa claro que nem todas as formas de resistência têm de ser abertas e violentas. Logo, acredito que esta noção de resistência é uma categoria analítica que permite ressaltar a presença e a atuação do poder em várias formas de relacionamento entre dominadores e dominados, podendo ser observada através das formas de comportamento e da cultura material.

Neste sentido, cabe ressaltar o recente artigo de J. Webster (2003:24-51), com base nos estudos comparativos sobre a arte em contextos coloniais, propõe a substituição do termo Romanização por Crioulização. Ou seja, defende a aplicação da teoria da crioulização, utilizada para explicar a criação das sociedades Afro-Americana e Afro-Caribeanas, para o estudo do processo de ajustamento multicultural e da interação sócio-política para o estudo da arte provincial no Ocidente Romano. A autora analisa a arte religiosa Romana-Céltica da Britânia como uma expressão de resistência à Roma, na medida em que defende que, apesar da elite nativa se apropriar e difundir a alta cultura do dominador, o restante da população fez uso das formas romanizadas para adaptar as estruturas das crenças nativas aos novos tempos.

---

<sup>4</sup> As contribuições de M. Foucault para a teoria pós-colonial vinculam-se as suas observações sobre a relação entre conhecimento/ saber/ épistémè/ formações discursivas existentes em todos os níveis na sociedade e poder, o qual não existe num único e determinado lugar, mas num feixe de relações. Poder não é somente um fator negativo e repressivo na sociedade. O poder imperial ( poder que diz não) entrou em conflito tanto com a resistência aberta como também com o “poder fazer” dos indígenas. Parte-se do princípio de que os agentes desta relação de poder são aqueles que resistem ativamente, aqueles que negociam e que procuram uma medida de acomodação com o grupo dominante sendo capaz de ser autorizado no processo das relações sociais.

Em busca de uma redefinição para o conceito de Romanização G. Woolf (1998:7) afirma que o termo Romanização não tem um potencial explicativo. Deve ser entendido como um termo guarda-chuva para abarcar os múltiplos processos de mudanças sócio-culturais multifacetadas em termos de significados e mecanismos que teve início com o relacionamento entre os considerados padrões culturais Romanos e a diversidade cultural provincial. Foram simultaneamente processos de mudanças sócio-culturais desiguais surgidos através de relacionamentos, também, desiguais entre o poder imperial dominante e os diferentes grupos sociais das comunidades submetidas. Concorda com a posição de W.V. Harris no sentido de que “*Romanização deve ter sido o processo através do qual, os habitantes se tornavam e se identificavam como Romanos, mas havia mais de um tipo de Romano e os estudos da cultura provincial deve considerar a diversidade cultural, assim como, a unidade do Império*”.

Acredito que um argumento explicativo para estes processos de mudanças possa ser encontrado na tese de Sïan Jones que propõe uma reconsideração do termo Romanização, com base na aplicação do conceito de etnicidade para o estudo da Arqueologia da Britania.

Sïan Jones entende a etnicidade como todos os fenômenos sociais e psicológicos associados com a identidade do grupo e construída culturalmente. O conceito de etnicidade focaliza as formas pelas quais os processos de interação social e cultural interagem entre si para a identificação e interação dos grupos étnicos.

Tal raciocínio se baseia no conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu (1990), o qual procura estabelecer uma lógica para os meios e as modalidades de apropriação de bens culturais, podendo ser definido como: as estruturas mentais mediante as quais os homens apreendem o mundo social, as quais são essencialmente, produtos da internalização dessas mesmas estruturas do mundo social. Assim, *habitus* é ao mesmo tempo uma estrutura estruturante, que organiza as práticas e a percepção das mesmas, mas também uma estrutura estruturada. Quer dizer, *habitus* é determinado pelo mundo social e, ao mesmo tempo é determinado pela percepção que dele se tenha (CARDOSO, 2000:9-40).

Sïan Jones ressalta que o registro arqueológico evidencia a *praxis* do processo de interação social, ou melhor, de construção da etnicidade, pois envolve a produção e o consumo dos distintos estilos da cultura material. Entendida como realização da etnicidade, a cultura material se constitui mais no produto da interseção dos interesses e oposições entre os grupos sociais, em particulares contextos históricos, do que em categorias abstratas da diferença (JONES,1997:cap 6). Logo, penso que esta linha de raciocínio contempla a

possibilidade da existência de uma resistência pacífica, a qual não pode ser expressa através da literatura, mas através das formas de comportamento e da cultura material.

Os estudos em realização com base na documentação epigráfica<sup>5</sup> e de cultura material<sup>6</sup> do sul da Lusitânia nos aproximam das formas de abordagem desenvolvidas por G. Woolf e Siân Jones e indicam que os processos de mudanças sócio-culturais descritas pelo termo Romanização devem ser estudadas em uma dinâmica de assimilação, de ajustamento, de conflito, de negociação e de resistência<sup>7</sup>.

O desenvolvimento urbanístico das principais cidades romanas do Algarve, Balsa e Ossonoba comprovam que a apropriação dos costumes, das crenças, das práticas sociais evidenciam os processos de Romanização porque correspondem ao conjunto de categorias culturais compartilhadas características daqueles que se consideravam Romanos. Assim sendo, viabilizou a integração, desenvolvendo um sentimento de pertença, expressado pelo conceito de cidadania, algo socialmente institucionalizado e moralmente construído. Cidadania e cidade se confundiam e, se considerarmos a dimensão sociológica básica da noção de cidadania, como algo que se apreende, que é demarcado por expectativas de comportamento singulares de identificação, afirmamos que ser cidadão romano associado a uma *civitas* promoveu nas províncias uma renegociação e uma reinvenção radicalmente aberta e interminável de processos que possibilitavam novas modalidades de ser, conviver e de aprender. Os marcos espaciais urbanos, enquanto espaços de deambulação foram locais privilegiados de encontro com o “outro”, muitos dos quais atuavam como “lugares de memória”, expressavam simbolicamente a permanência e a duração de valores, permitindo a preservação da continuidade das gerações. Ademais, estimulava setores diferentes de comunicação sociopolítica porque expressavam a identificação das elites nativas aos ideais de ser Romano e serviam como instrumentos para a demonstração de poder, prestígio e riqueza destes notáveis locais.

---

<sup>5</sup> ENCARNAÇÃO, J. Inscrições Romanas do Conventus Pacensis. Subsídios para o Estudo da Romanização. Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra, 1984

<sup>6</sup> Cabe ressaltar o excelente trabalho que vem sendo realizado com grande esforço pelos arqueólogos portugueses para escavar e preservar os sítios arqueológicos da região do Algarve e, principalmente, a divulgação dos resultados via Internet, especialmente o trabalho de Luis Fraga Silva, Balsa, Cidade Perdida. [www.arqueotavira.com](http://www.arqueotavira.com) 7/7/2006

<sup>7</sup> A integra da validação das nossas hipóteses de trabalho se encontram apresentadas de forma detalhada os seguintes artigos: O espaço urbano da cidade de Balsa: uma reflexão sobre o conceito de Romanização, publicado pela Fênix - Revista de História e Estudos Culturais (NEHAC), Janeiro, Fevereiro e Março de 2007, vol.4, ano IV, n.1 – [www.revistafenix.pro.br](http://www.revistafenix.pro.br) e no artigo Romanização e a construção da paisagem imperial no sul da Lusitânia, publicado na Revista PHOINIX, Suplemento do Laboratório de História Antiga/ UFRJ, Rio de Janeiro: Ed MAUAD, 2006, p.231-256 Rio de Janeiro, Mauad, 2006, p. p.231-256

Desta forma, podemos afirmar que nas relações de poder, o dominador sempre tem algo a oferecer, assim como, os dominados têm várias formas de respostas. Por outro lado, não existe apenas um tipo de subordinação. O grupo dos subordinados também é dividido por idade, gênero, posição social. Estas diferenças interferem na posição de cada grupo frente às relações de poder e desenvolvem formas de resistência que podem ser definidas como ideológicas: *“quando se tenta reconstituir uma comunidade estilhaçada, salvar ou restaurar o sentido e a concretude da comunidade contra todas as pressões do sistema colonial”* (SAID, 1995:266)

Penso ser neste sentido que podemos falar em resistência nos processos de Romanização, os quais designam as mudanças sócio-culturais desiguais surgidas através de relacionamentos, também, desiguais entre o poder imperial dominante e os diferentes grupos sociais das comunidades submetidas, criando em toda a extensão do mundo Romano “experiências divergentes”.

Na linguagem de Gramsci podemos identificar estes processos como “negociação colonial” (PORTELLI,1977:32). De certa forma, as elites locais provinciais formavam uma classe dirigente unificada. Portanto, parafraseando G. Woolf (1998:25) o Império Romano pode ser definido como “império de cidades” e “império de amigos”. Em suma, a experiência imperialista Romana exemplifica a conexão entre o poder e a cultura.

### Referências bibliográficas:

- BOURDIEU,P. **In other words. Essays towards a reflexive sociology.** Londres: Polity Press, 1990
- CARDOSO, C. F. de S. **Uma Opinião sobre as Representações Sociais.** IN: CARDOSO, C. F. de S. e MALERBA,J Representações: Contribuição a um debate transdisciplinar. São Paulo:Papirus, 2000, p. 9-40.
- JONES, S. **The Archaeology of Ethnicity.** London: Routledge, 1997
- HALL,J. J. **Hellenicity.** University of Chicago Press, 2002:104
- HAVERFIELD,F. **The Romanization of Britain, Proceedings of the British Academy,** 1905-1906.
- HINGLEY, R **The legacy of Rome: the “rise”, decline and fall of the teory of Romanization.** IN: WEBSTER, J., COOPER, N. J. (ed.). Roman imperialism: post-colonial perspectives. Leicester: School of Archaeological Studies of University of Leicester (Leicester Archaeology Monographs No 3), 1996.p.35-48
- MENDES, MUSCO,N. **Romanização: cultura imperial.** IN: PHOINÍX Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999. IN: PHOINÍX Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999
- MOMMSEN, Th. **Römische Geschichte IV.** Berlin: s/e, 1874.
- PORTELLI, H. **Gramsci e o bloco histórico.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977

SAID, Ed. Cultura e **Imperialismo** S.P.:Companhia das Letras 1995

SAID, Ed. **Orientalismo**. S.P.:Companhia das Letras 1996

SCOTT, J., C. **Domination and the Arts of Resistance** . Yale University Press, 1990

WEBSTER, J. Roman imperialism and the “post imperial age IN: WEBSTER, J.

COOPER, N. (org.) Roman imperialism: post-colonial perspectives. Leicester: School of Archaeological Studies of University of Leicester, 1996

WEBSTER, J. Art as Resistance and Negotiation IN: Scott, S. and Webster, J (edit) Roman Imperialism and Provincial Art. Cambridge Ancient Press, 2003

WOOLF, G. Becoming Roman. Cambridge University Press, 1998